

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e
Sociedade (CPDA)



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a
agricultura**

**Área Temática: Crédito para Agricultura Familiar
Período de Análise: 01/10/2012 a 31/10/2012**

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal Folha de São Paulo
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio Eletrônico do MMA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT
Carta Capital

Índice

Seguro agrícola do MDA já liberou mais de R\$ 2,5 bi para agricultura familiar – Site do MDA. 01/10/2012.....	3
CMN facilita acesso ao Pronaf para agricultores familiares da Amazônia Legal – Site do MDA. 02/10/2012.....	4
Crédito do Mais Alimentos passa a financiar compra de camionetes – Site do MDA. 03/10/2012.....	4
Conab, Embrapa e defesa perdem verba e "financiam" seguro rural. Tarso Veloso – Valor Econômico. 03/10/2012	5
MDA aponta redução de 50% de municípios suspensos para operacionalizar linha do Grupo B do Pronaf – Site da CONTAG. 04/10/2012.....	7
Governo libera quinta parcela do Bolsa Estiagem – Site da CONTAG. 06/10/2012.....	7
PGPAF concede desconto para 12 produtos em outubro – Site do MDA. 05/10/2012	8
MDA e Caixa firmam acordo para facilitar acesso ao Minha Casa, Minha Vida Rural – Site do MDA. 05/10/2012	9
Pronaf Jovem já pode ser contratado pelo Banco do Brasil – Site do MDA. 15/10/2012.....	11
MDA anuncia início da operação do Pronaf Jovem por agentes financeiros oficiais – Site da CONTAG. 17/10/2012	12
BB ajusta estratégia para cooperativas. Tarso Veloso – Valor Econômico. 18/10/2012.....	12
Fiscalização das operações do Seguro Rural são concluídas – Site da CONAB. 23/10/2012.....	13
CNA sugere ajustes no Plano Safra da Pesca e Aquicultura para facilitar acesso dos produtores ao crédito – Site da CNA. 25/10/2012.....	14
Jovens beneficiários do PNCF realizam feira de agricultura familiar no Piauí – Site do MDA. 25/10/2012.....	15
Plano Safra da Pesca e da aquicultura terá inclusão da agricultura familiar. Iris Pacheco. – Site do MST. 26/10/2012.....	16
Agricultores das regiões Norte e Nordeste poderão renegociar dívidas – Site do MDA. 26/10/2012.....	17

Seguro agrícola do MDA já liberou mais de R\$ 2,5 bi para agricultura familiar – Site do MDA. 01/10/2012

Desde que foi criado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), em 2004, o Seguro da Agricultura Familiar (Seaf) já beneficiou milhares de famílias de trabalhadores rurais com a liberação de mais de R\$ 2,5 bilhões em recursos. Os agricultores familiares têm direito automático ao Seaf — também conhecido como Proagro Mais — no caso de sofrerem perdas de mais de 30% em suas lavouras, em razão de adversidades climáticas.

Segundo o Diretor de Financiamento à Produção Rural da Secretaria de Agricultura Familiar (SAF/MDA), João Luiz Guadagnin, os agricultores familiares dos estados da Região Sul, em especial o Rio Grande do Sul, foram os que mais recorreram ao seguro. Somente os gaúchos foram responsáveis por cerca de R\$ 1,336 bilhão — ou seja, mais da metade do volume liberado. E este ano não foi diferente.

“Nós temos um total de mais de 450 mil agricultores familiares que, este ano (safra 2011/2012) aderiram ao Seaf, em todo o país. Desse universo, 99,5 mil comunicaram perdas, a maior parte concentrados nos estados do Sul e, majoritariamente, no Rio Grande do Sul (60%), Paraná (28%) e Santa Catarina (12%). Sem dúvida, o Rio Grande é o estado que tem o maior número de contratos segurados de custeio agrícola”, confirma Guadagnin.

Além de se destacarem, tradicionalmente, pela grande produtividade agrícola, esses três estados foram afetados, este ano e de forma dramática, pela intensidade atípica da seca que se fez notar já em dezembro do ano passado e que piorou bastante nos meses de janeiro e fevereiro, prejudicando bastante a produção de grãos, em especial milho, soja e feijão.

O diretor conta que dos 99,5 mil agricultores que comunicaram perdas, o MDA deverá indenizar 90% desse contingente, ou seja, em torno de 90 mil agricultores. “Isso significa um investimento de R\$ 650 milhões dos quais, aproximadamente, R\$ 100 milhões foram arrecadados dos agricultores”, aponta Guadagnin. “A alíquota é de 2% sobre o valor financiado. Em resumo, o governo federal deverá desembolsar, adicionalmente aos R\$ 100 milhões arrecadados, mais R\$ 550 milhões. No total, a indenização ultrapassará os R\$ 650 milhões”, conclui.

Ainda de acordo com João Luiz Guadagnin, desses R\$ 650 milhões relativos à safra deste ano, já foram pagos R\$ 586 milhões, ou algo em torno de 90,1%. Ou seja, 82 mil agricultores já foram indenizados.

O diretor destaca, ainda, que em relação à safra 2010/2011, os volumes foram bem superiores. “No ano passado, o problema maior não foi a seca, mas outros fenômenos como queda de granizo e vendavais. Ainda assim, foram pagos, em indenizações, R\$ 95 milhões, montante inferior ao arrecadado dos trabalhadores rurais. “Praticamente, o programa se sustentou; o que foi arrecadado foi maior ainda e até sobrou dinheiro. Tivemos uma safra normal,” salienta.

Guadagnin chama a atenção, ainda, para o fato de os agricultores estarem, agora, fechando contratos de custeio agrícola para a próxima safra diante de uma perspectiva de uma safra muito boa em 2012/2013. “Mas todo o cuidado é pouco, especialmente nessas safras em que o clima promete ser bom. Para garantirem, efetivamente, uma colheita melhor é necessário que os agricultores façam um bom manejo de solo, com um plantio correto e uma quantidade certa de plantas por hectare, além de uma boa adubação. Com essas precauções, o risco de terem de recorrer, novamente, ao seguro será menor”, ressalva.

Conforme frisa o diretor, o Seaf precisa existir mas deve ser acessado só em situações muito extremas. Guadagnin observa que uma boa parte das perdas sofridas pelos trabalhadores rurais se deve ao fato de os cuidados recomendados pela boa agricultura não serem adotados, na integralidade, por todos. “Assim, os agricultores que conduzem bem suas lavouras têm grande possibilidade de terem maior sucesso”, acrescenta.

CMN facilita acesso ao Pronaf para agricultores familiares da Amazônia Legal – Site do MDA. 02/10/2012

Está mais fácil acessar o crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) para os agricultores familiares dos nove estados da Amazônia Legal. A partir desta safra é possível utilizar o requerimento de regularização fundiária emitido pelo Programa Terra Legal para comprovar a ocupação da terra. A alteração na documentação exigida para acessar o crédito foi anunciada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), na última quinta-feira (27).

“Agora o agricultor familiar não precisa mais apresentar o Certificado de Cadastro de Imóveis Rurais (CCIR) para comprovar sua ocupação. Com a DAP e o requerimento do Terra Legal já é possível acessar o Pronaf”, destaca a superintendente de Regularização Fundiária da Amazônia Legal, Shirley Nascimento, ao lembrar que, em muitos casos, esses ocupantes ainda não possuem o título definitivo da propriedade o que impede a emissão do CCIR, documento exigido para acessar o Pronaf antes da alteração.

A partir de agora é possível acessar o crédito com a apresentação de pelo menos um dos seguintes documentos: requerimento de regularização fundiária do Programa Terra Legal Amazônia ou dos órgãos estaduais de terra e registro do imóvel no cartório para os ocupantes que moram nos municípios fora da lista dos prioritários para as ações de prevenção e controle do desmatamento do Ministério do Meio Ambiente. A medida vale também para a safra 2013/2014

Crédito do Mais Alimentos passa a financiar compra de camionetes – Site do MDA. 03/10/2012

Os agricultores familiares que enfrentam dificuldades para transportar seus produtos até os mercados e feiras contam com mais um incentivo para a comercialização. Isso porque o Pronaf Mais Alimentos, programa do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), vai financiar também as camionetes. A inclusão desse tipo de veículo foi uma reivindicação dos próprios produtores.

Indicadas para o transporte de cargas, as camionetes financiadas pelo programa abrangem quatro modelos fabricados por empresas diferentes. Cada uma com capacidade de até 750 quilos. O financiamento oferecerá condições especiais, com descontos de aproximadamente 15% em relação ao preço praticado no mercado.

“Com essa iniciativa, vamos diminuir a distância entre o agricultor familiar e o mercado. Esse tipo de veículo, próprio para transportar cargas, será usado para expandir as vendas dos produtores rurais”, explica o coordenador do programa no MDA, Marco Antônio Viana Leite.

As especificidades técnicas dos modelos incluídos no programa estão disponíveis em página na internet. Para efetivar a consulta, o agricultor familiar interessado no financiamento deve selecionar a unidade da Federação, informar se é ou não contribuinte do ICMS e selecionar a categoria “Veículos de Transporte de Carga”.

O financiamento é efetivado nos bancos que operam a linha de crédito do Pronaf Mais Alimentos. Mas, antes de ir ao banco, o agricultor interessado deve procurar as empresas de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) para desenvolver um projeto técnico simplificado, onde especificará como o veículo será usado.

O programa

O Mais Alimentos é uma linha de crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) da Secretaria da Agricultura Familiar (SAF) criada pelo MDA, em 2008, para estimular a modernização produtiva das unidades familiares agrícolas de todo o País.

O Programa visa modernizar as unidades produtivas da agricultura familiar que lidam com as seguintes cadeias produtivas: apicultura, aquicultura, avicultura, bovinocultura de corte, bovinocultura de leite, caprinocultura, fruticultura, olericultura, ovinocultura, pesca e suinocultura, além da produção de açafrão, arroz, centeio, feijão, mandioca, milho, sorgo e trigo.

Os investimentos em infraestrutura das propriedades familiares propiciados pelo Mais Alimentos contemplam colheitadeiras, tratores, veículos de transporte de máquinas e equipamentos agrícolas, além de projetos para a correção e recuperação de solos, resfriadores de leite, melhoria genética, irrigação, implantação de pomares e estufas e armazenagem.

Conab, Embrapa e defesa perdem verba e "financiam" seguro rural. Tarso Veloso – Valor Econômico. 03/10/2012

Depois da expressiva quebra da produção agrícola na safra 2011/12 nas regiões Sul e Nordeste, devido a fenômenos climáticos, com prejuízos diretos e indiretos que podem chegar a R\$ 30 bilhões, o Ministério da Agricultura preparou vários cortes no orçamento de algumas áreas na proposta da Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2013 com o objetivo de bancar uma alta de 213% no programa de subsídio ao seguro agrícola.

Em 2012, o governo previu gastar R\$ 127 milhões para proteger a renda dos produtores rurais. Para o ano que vem, o projeto da LOA define que serão disponibilizados R\$ 400 milhões.

Graças a emendas parlamentares, o total empenhado para o subsídio foi de R\$ 174 milhões. Para não depender de ajudas extras e levar adiante seu plano, o ministério definiu que algumas áreas e órgãos deveriam reduzir seu gastos. Os maiores prejudicados pelo corte foram a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), a defesa agropecuária e gabinetes, superintendências e secretarias - descritas como "demais" na arte ao lado.

Foco no seguro rural

Divisão do orçamento do Ministério da Agricultura (R

	Orçamento 2012	Empi
Defesa agropecuária	272,9	
Seguro rural	127,4	
Embrapa	491,6	
Conab	132,6	
Demais	444,6	
Total	1.469,3	1.230

Fonte: Ministério da Agricultura. * Projeto apresentado pelo Ministério da Agricultura

A Conab deve responder pela maior parte da economia. A estatal, muito criticada pelo próprio ministro Mendes Ribeiro pela demora no abastecimento de milho das regiões Sul e Nordeste, sofrerá um corte de 24,56% em sua previsão de despesas, de R\$ 132 milhões para R\$ 100 milhões, no próximo ano. A redução deve atrapalhar os planos de construção de novos armazéns da estatal. Já o orçamento do Ministério da Agricultura deve crescer em R\$ 100 milhões - de R\$ 1,4 bilhão para R\$ 1,5 bilhão.

Brigando para derrubar embargos que já duram mais de dois anos, como no caso da Rússia, e questionado em fóruns internacionais por falhas no programa de rastreamento de animais (Sisbov), o Ministério da Agricultura determinou uma redução de 17,67% em seu orçamento para a defesa agropecuária em 2013. No orçamento aprovado pelo Congresso Nacional, o volume de recursos gastos com sanidade cai de R\$ 272 milhões para R\$ 224 milhões.

Dessa economia, 35,87% virá dos convênios com Estados em ações de defesa sanitária animal e vegetal, dentre elas o combate à mosca da carambola e à febre aftosa. A previsão é que o montante destinado a essas ações caia de R\$ 181 milhões para R\$ 116 milhões, embora a verba para laboratórios deva crescer 18,34%, de R\$ 91 milhões para R\$ 108 milhões. De acordo com uma fonte do ministério, o orçamento ideal para a defesa no país deveria superar os R\$ 300 milhões por ano.

Fontes do ministério defendem a mudança, vista internamente como uma "decisão política de fomentar o seguro rural no país". O fato é que o arrocho em algumas áreas foi criticado, principalmente na defesa agropecuária, em um momento em que o Brasil luta para abrir mercados importantes, como Rússia, Japão, África do Sul.

"A defesa tem de ser patrimônio nacional. Com a gripe aviária na Ásia e o México com outros problemas temos que manter nosso status sanitário", disse o Presidente Executivo da União Brasileira de Avicultura (UBABEF), Francisco Turra. "Sabemos que a

proposta sofre correções e pretendemos nos mobilizar de forma intensiva para garantir mais recursos para a defesa agropecuária", afirmou ele.

MDA aponta redução de 50% de municípios suspensos para operacionalizar linha do Grupo B do Pronaf – Site da CONTAG. 04/10/2012

A Secretaria da Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SAF/MDA) divulgou a relação dos municípios que estão suspensos para operacionalização de novos financiamentos da linha Microcrédito Rural do Grupo B do Pronaf. Em todo o país, são 505 com operações suspensas. Esse número indica que houve uma redução de 50% em relação ao ano passado, quando haviam 1.006 municípios suspensos.

Segundo informações da Secretaria de Política Agrícola (SPA) da CONTAG, essa diminuição pode ser atribuída à renegociação e individualização das dívidas a partir de resolução do Banco Central do Brasil publicada em 18 de novembro de 2011, que estabeleceu o prazo para adesão até 30 de setembro de 2012. “Essa redução é um grande avanço”, comemora Antoninho Rovaris, secretário de Política Agrícola da CONTAG.

Portanto, a CONTAG orienta que as Federações e Sindicatos, juntamente com os Conselhos Municipais, elaborem os Planos Municipais de Aplicação e Recuperação das Operações da Linha de Crédito do Grupo B do Pronaf (PMAR) para retomar a operacionalização dos financiamentos, principalmente nos estados com muitos municípios em situação de irregularidade. Essa suspensão acontece quando o município registra taxa de inadimplência com valor igual ou superior a 15% das operações dessa linha de financiamento e um número de 50 ou mais dessas operações em atraso.

Clique nos links abaixo para acessar a relação de municípios suspensos e o balanço do Pronaf.

[arquivos/portal/AnexoI_MunicipiosSuspensos.pdf](#)

[arquivos/portal/Anexo_BalancoPronaf.doc](#)

Governo libera quinta parcela do Bolsa Estiagem – Site da CONTAG. 06/10/2012

Mais de 825 mil agricultores(as) familiares que sofreram prejuízos pela estiagem receberão, a partir do dia 18 de outubro, a quinta parcela do Bolsa Estiagem no valor de R\$ 400,00. O benefício será disponibilizado por meio do cartão do Bolsa Família ou do Cartão Cidadão, da Caixa Econômica Federal. Esse auxílio emergencial visa repor as produções perdidas pela falta de chuvas para agricultores(as) familiares de 12 estados (Alagoas, Bahia, Ceará, Minas Gerais, Paraná, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Sergipe).

Segundo o secretário de Política Agrícola da CONTAG, Antoninho Rovaris, o auxílio emergencial financeiro, que começou a ser pago em junho, vem apresentando pouco volume de saques por parte dos beneficiários. “Solicitamos que as Federações e os Sindicatos divulguem as folhas de pagamento (disponível no link abaixo).

Aproveitamos para informar que as parcelas ficam disponíveis para retirada por 90 dias. Depois desse prazo, retornam para o Ministério da Integração”.

As folhas de pagamento de outubro estão disponíveis no seguinte endereço:

[http://www.mda.gov.br/portal/arquivos/view/Folha_Bolsa_Estiagem_Outubro - sitepdf.pdf](http://www.mda.gov.br/portal/arquivos/view/Folha_Bolsa_Estiagem_Outubro_-_sitepdf.pdf)

PGPAF concede desconto para 12 produtos em outubro – Site do MDA. 05/10/2012

O Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar (PGPAF) concede bônus, neste mês de outubro, para os financiamentos da cesta de produtos e de 12 produtos: açaí (fruto), babaçu (amêndoa), borracha natural extrativa, borracha natural cultivada (heveicultura), cará/inhame, castanha de caju, cebola, laranja, leite, piaçava (fibra), sisal e triticale.

A portaria do PGPAF foi publicada nesta sexta-feira (5), no Diário Oficial da União (DOU), pela Secretaria de Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SAF/MDA). Os preços de mercado têm validade para o período de 10 de outubro a 9 de novembro de 2012. O bônus de desconto tem como referência o mês de setembro de 2012.

Com o PGPAF, o agricultor familiar terá um desconto no momento do pagamento de seus financiamentos de custeio e investimento. O valor é abatido nos casos em que o valor de mercado do produto financiado está abaixo do preço de garantia.

Para a laranja, o bônus é de 37,29% em São Paulo; 41,27% em Santa Catarina; e de 7,07% no estado de Minas Gerais.

O leite tem bônus em seis estados – Alagoas, Bahia, Ceará, Paraíba, Sergipe e Maranhão (estado onde o desconto é de 18,8%).

Também têm bônus produtos da sociobiodiversidade. A borracha natural extrativa, por exemplo, tem desconto em sete estados, entre eles o Acre (59,08%) e o Maranhão (41,18%). O babaçu tem descontos que variam de 11,67%, no Piauí, a 44,44%, no Ceará.

Acesse aqui a portaria para saber os detalhes sobre os bônus do PGPAF em outubro.

Cálculo

O bônus do PGPAF é calculado mensalmente pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) e divulgado pela Secretaria da Agricultura Familiar (SAF/MDA). A Conab faz um levantamento nas principais praças de comercialização dos produtos da agricultura familiar e que integram o PGPAF.

Nas operações de investimento do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), o bônus pode ser concedido bastando que um produto incluído no PGPAF seja gerador de, no mínimo, 35% da renda estimada pelo agricultor para o

pagamento do financiamento. Os bônus das operações de custeio e investimento ficam limitados a R\$ 7 mil anuais por beneficiário do crédito rural.

O PGPAF abrange 49 produtos: abacaxi, açaí (fruto), algodão em caroço, alho, amendoim, arroz longo fino em casca, babaçu (amêndoa), banana, baru (fruto), batata, batata-doce, borracha natural cultivada (heveicultura), borracha natural extrativa, café arábica, café conilon, cana-de-açúcar, cará, carne de caprino, carne de ovino, castanha de caju, castanha do Brasil (com casca), cebola, feijão, girassol, inhame, juta (embonecada), laranja, leite, maçã, malva (embonecada), mamona em baga, manga, mangaba (fruto), maracujá, milho, pequi (fruto), piaçava (fibra), pimenta do reino, pó cerífero de carnaúba, raiz de mandioca, sisal, soja, sorgo, tomate, trigo, triticale, umbu (fruto), tangerina e uva.

MDA e Caixa firmam acordo para facilitar acesso ao Minha Casa, Minha Vida Rural – Site do MDA. 05/10/2012

O Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR), o Minha Casa Minha Vida Rural (MCMVR), que subsidiou mais de 90% do valor do imóvel, agora está mais próximo dos beneficiários do Terra Legal, iniciativa do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). A pasta e a Caixa Econômica Federal firmaram um acordo para facilitar o acesso dos agricultores familiares que produzem na Amazônia Legal ao programa de habitação.

A parceria foi oficializada em agosto deste ano e já mobilizou 150 famílias de produtores rurais no sul do Amazonas. O ministério repassou ao banco uma lista dos beneficiários do Terra Legal que já receberam a titulação de suas terras. E, além disso, tem se articulado com agricultores, governos estaduais e municipais, associações e cooperativas no intuito de incentivar à adesão ao programa, a exemplo das ações que já desenvolvem no âmbito dos programas Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) e de Aquisição de Alimentos (PAA).

“O trabalho representa a presença mais forte do poder público na questão da regularização fundiária. Mais do que o título da propriedade, o MDA quer dar condições para que as famílias permaneçam no campo, fazendo com que as comunidades se desenvolvam”, explica o secretário extraordinário de Regularização Fundiária da Amazônia Legal do MDA, Sérgio Lopes.

Dignidade

Produtores rurais do Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins, Mato Grosso e em parte do estado do Maranhão, terão mais facilidade para adquirir uma moradia digna. Eles poderão dar um salto na qualidade de vida, como o que já foi dado por agricultores que moram na outra ponta do país. Foi assim que ocorreu com a família de Nelson Luiz Keil, 49 anos. O morador do município de Pinhalzinho, no Território da Cidadania Oeste Catarinense, em Santa Catarina, trocou, em abril deste ano, o casebre onde vivia por uma casa de concreto de 70 metros quadrados com três quartos, sala, cozinha, banheiro e área de serviço.

“Se não fosse esse programa, a gente ia continuar morando em péssimas condições. Lembro que quando chovia molhava dentro da casa por causa das frestas na madeira.

Agora, temos um novo ânimo para ficar no campo, é um bom motivo para que meus filhos também queiram continuar com a gente”, comemora o agricultor que mora a 600 quilômetros de Florianópolis, capital do estado.

Lá, ele vive com a mulher e os três filhos mais novos. Os outros três deixaram o campo. “Se essas oportunidades existissem há dez anos, talvez eles estivessem aqui com a gente”, acredita Nelson, que, com a família, cria pequenos animais numa área de nove hectares.

60 mil casas até 2014

Com mais de 30 mil unidades habitacionais contratadas, o Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR), do governo federal, está garantindo a melhoria das condições de moradia dos agricultores familiares brasileiros. A meta é que até 2014 sejam construídas ou reformadas cerca de 60 mil casas.

A superintendente nacional de Habitação Rural da Caixa, Noemi da Aparecida Leme, destaca que o programa foi criado pela necessidade de uma política habitacional que atendesse às especificidades da moradia no campo. É que as diferenças do meio urbano para o rural – como cultura, forma de remuneração, gleba de terra, logística para construção – passaram a ser consideradas nos programas de moradia para a população do campo. “Estamos experimentando um novo modelo de construção. Mais de 80% dos projetos já aprovados são para a autoconstrução assistida. Isso quer dizer que são os próprios beneficiários que constroem suas moradias”.

O PNHR prevê a construção de casas com quartos, sala, banheiro, cozinha e área de serviço, com respeito às características regionais, climáticas e culturais da localidade ou comunidade beneficiada. Pelo programa também é possível financiar a reforma.

Grupos

O programa está dividido em três modalidades. O Grupo 1 consiste na concessão de subsídios, com recursos do Orçamento-Geral da União (OGU), a beneficiários – agricultores familiares e trabalhadores rurais – para a construção ou reforma de unidades habitacionais, por meio da modalidade aquisição de material de construção para construção, conclusão, reforma ou ampliação.

A entidade organizadora pode ser representada por cooperativa, associação, sindicato ou poder público (estado, município e Distrito Federal). Os beneficiários são agricultores familiares, com renda familiar anual bruta máxima de R\$ 15 mil, que comprovem enquadramento no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Família (Pronaf), mediante apresentação de Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), e trabalhadores rurais com renda familiar bruta anual máxima de R\$ 15 mil.

Já o Grupo 2 – que inclui agricultores familiares com renda entre R\$ 15 mil e R\$ 30 mil – e o Grupo 3, para agricultores com renda acima de R\$ 30 mil até o limite de R\$ 60 mil, concedem financiamento habitacional com base em recursos do FGTS e OGU, com limite até R\$ 80 mil para a construção ou reforma de moradias rurais.

O que é o Programa Nacional de Habitação Rural?

O Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR) foi criado pelo governo federal no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida, e é operacionalizado pela Caixa. Tem por objetivo possibilitar ao agricultor familiar ou ao trabalhador rural acesso à moradia digna. O programa atende a todos os municípios do País e permite a construção de uma casa nova ou a conclusão/reforma e/ou ampliação da moradia já existente.

O PNHR – articulação entre o MDA, o Ministério das Cidades, o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), a Caixa e o Banco do Brasil – também está inserido dentro do Plano Brasil Sem Miséria e do programa Minha Casa Minha Vida. É uma das ações desenvolvidas pelo governo federal como resposta a demandas dos movimentos sociais do campo.

Como eu posso participar do programa?

Se você é agricultor familiar, tem que apresentar sua Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) para comprovar enquadramento no Pronaf. O trabalhador rural tem que apresentar o comprovante de renda, que pode ser formal ou declarado. Também são atendidos pelo PNHR pescadores artesanais, extrativistas, aquicultores, maricultores, piscicultores, comunidades quilombolas e povos indígenas.

Pronaf Jovem já pode ser contratado pelo Banco do Brasil – Site do MDA. 15/10/2012

Agricultores familiares com até 29 anos interessados em acessar a linha de investimento do Pronaf Jovem, do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), já podem contratar o financiamento por meio do Banco do Brasil. A operacionalização desta linha do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) nesse agente financeiro passa a vigorar a partir desta segunda-feira (15).

Os atuais limites de crédito da linha permitem o financiamento até R\$ 15 mil por pessoa. Com juros de 1% ao ano, o prazo de reembolso pode chegar até dez anos, com três de carência. Oriundos do Tesouro Nacional, os recursos são destinados à implantação, ampliação ou modernização da infraestrutura de produção e serviços nos estabelecimentos rurais.

Na avaliação do secretário da Agricultura Familiar (SAF/MDA), Valter Bianchini, a operacionalização em mais um agente financeiro integra os esforços do MDA para oferecer aos jovens condições reais de permanência no campo. “Estamos ampliando sensivelmente o acesso ao Pronaf Jovem. A iniciativa está alinhada às ações de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) específicas para os jovens que divulgamos recentemente e ao Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego no Campo (Pronatec Campo), que, juntas, vão contribuir para o preparo do jovem na sucessão familiar rural”, explicou.

Requisitos

Para serem beneficiados, os jovens agricultores devem possuir a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) e preencher pelo um dos seguintes requisitos: ter concluído ou estar cursando o último ano em centros familiares rurais de formação por alternância ou em escolas técnicas agrícolas de nível médio, ter participado de curso ou estágio de

formação profissional e ter recebido orientação de uma instituição prestadora de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater), reconhecida pela Secretaria da Agricultura Familiar (SAF/MDA).

Além do Banco do Brasil, o Pronaf Jovem também é operacionalizado pelo Banco da Amazônia e pelo Banco do Nordeste.

MDA anuncia início da operação do Pronaf Jovem por agentes financeiros oficiais – Site da CONTAG. 17/10/2012

O Ministério do Desenvolvimento Agrário deu uma ótima notícia na 2ª Plenária Nacional da Juventude Rural: o Pronaf Jovem já poderá ser acessado nos próximos dias. O secretário da Agricultura Familiar do MDA, Valter Bianchini, durante sua saudação aos jovens trabalhadores e trabalhadoras rurais, reunidos em Luziânia (GO), disse que o Banco do Brasil está pronto para operar o Pronaf Jovem, que disponibilizará recursos para a implantação, ampliação ou modernização da infraestrutura de produção e serviços nos estabelecimentos rurais.

Portanto, jovens, com idade entre 16 e 29 anos, de famílias cadastradas com uma Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), podem procurar o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais para buscar mais informações. São recursos para projetos de investimento de até R\$ 15 mil/família, a juros de 1% ao ano e até 10 anos para pagamento. Estes valores são do Tesouro Nacional e serão operados também por outros agentes financeiros oficiais, como o Banco da Amazônia e Banco do Nordeste.

MAIS EXIGÊNCIAS - Além de ser de família cadastrada com uma DAP, os interessados devem atender a uma das seguintes exigências:

- 1) ter concluído ou estar cursando o último ano em Centros Familiares Rurais de formação por alternância ou em Escolas Técnicas Agrícolas de nível médio;
 - 2) ter participado de curso ou estágio de formação profissional; ou,
 - 3) ter orientação de uma instituição prestadora de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), reconhecida pela Secretaria da Agricultura Familiar (SAF/MDA).
-

BB ajusta estratégia para cooperativas. Tarso Veloso – Valor Econômico. 18/10/2012

Depois de encerrar agosto com desempenho recorde em sua carteira de crédito destinada às cooperativas, o Banco do Brasil decidiu criar uma gerência executiva para desenvolver ações capazes de promover um crescimento de 20% ao ano. No total, a carteira do banco para associações agropecuárias, crédito rural e transportes alcançou R\$ 6,8 bilhões em agosto, índice 18,36% superior ao mesmo mês do ano passado. A previsão para o fim de 2012 é chegar a R\$ 7 bilhões. O plano de dar mais ênfase às cooperativas foi idealizado pelo vice-presidente de Agronegócios e Micro e Pequenas Empresas do BB, Osmar Dias.

Por meio dessa nova gerência, o objetivo é fortalecer a integração entre as cooperativas e o Banco do Brasil, aumentando os financiamentos. "As cooperativas podem atuar como um catalisador do banco ao pegar uma linha de crédito e distribuí-la entre seus cooperados", afirmou o gerente-executivo da Gerência de Negócios com Cooperativas (Genec), Álvaro Tosetto.



Ainda em fase de avaliação, a Genec estuda o atendimento dado pelas agências bancárias às cooperativas em todo o país. Porém, foi identificado nos primeiros levantamentos a necessidade de melhorias na utilização dos serviços do banco. "Pretendemos sair somente do crédito para caixas automáticos, cartões, seguros, entre outros. Dessa maneira, Tosetto avalia que uma cooperativa tem condições de usar mais produtos. "E fazer todas as suas transações em um só lugar, com uma só pessoa", reforça.

Segundo o gerente, por enquanto não foi detectada a necessidade de criação de novas linhas de crédito. A ideia é trabalhar diretamente com as cooperativas mostrando como realizar projetos para liberação de financiamentos. "Na semana passada visitamos a Coopercitrus, em Bebedouro (SP), e mostramos como funciona o programa ABC - plano do governo para estimular a adoção de práticas agrícolas mais parceiras do meio ambiente. Tosetto avalia que o encontro auxiliou a cooperativa a fazer diferentes projetos para serem apresentados aos produtores.

"Uma cooperativa pode contratar um crédito para vender insumos e revendê-los para seus associados. O produtor pode se beneficiar com preços menores provenientes de uma grande compra", explicou o executivo.

Entretanto, Tosetto compreende que é necessário o treinamento das equipes das agências para que elas ofereçam mais serviços e de forma simples. Em todo o Brasil, existem cerca de 6,5 mil cooperativas e mais de 10 milhões de cooperados, segundo dados do ano passado da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB). O BB trabalha com 598 delas, mas quer aumentar esse número nos próximos anos.

Fiscalização das operações do Seguro Rural são concluídas – Site da CONAB. 23/10/2012

No período de agosto a outubro, a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) fiscalizou um total de 1.179 apólices das áreas de produção rural beneficiadas pelo Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR). Cerca de 45 técnicos da

estatal percorreram mais de 500 municípios em todo o Brasil para conferir informações de área e do bem segurado em lavouras de cultura anual, fruticultura, horticultura, reflorestamento e pecuária.

De acordo com o superintendente de Fiscalização e Estoques da Conab, Francisco Farage, os estados do Paraná, Rio Grande do Sul e São Paulo foram os mais inspecionados neste período, com 386, 247 e 205 apólices, respectivamente. "A partir de novembro, existe uma previsão de inspecionarmos mais 246 apólices de propriedades rurais beneficiadas pelo PSR no segundo quadrimestre de 2012, em diversas regiões", completa Farage.

O superintendente informou ainda que a operação da Conab seguiu os procedimentos de execução e demais condições acordadas com a Secretaria de Política Agrícola do Ministério da Agricultura (SPA/Mapa). A cada quadrimestre, o Mapa envia uma relação selecionada por amostragem de 2% de todas as apólices beneficiadas com o PSR para a execução dos serviços.

CNA sugere ajustes no Plano Safra da Pesca e Aquicultura para facilitar acesso dos produtores ao crédito – Site da CNA. 25/10/2012

A presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), senadora Kátia Abreu, levou ao ministro da Pesca e Aquicultura, Marcelo Crivella, sugestões do setor para o aperfeiçoamento do Plano Safra da Pesca e Aquicultura, para que possa garantir acesso ao maior número de produtores, especialmente os pequenos, que representam a maioria dos piscicultores do País. Para ela, os recursos de R\$ 4,1 bilhões, que serão anunciados hoje, às 11h, pela presidente Dilma Rousseff, durante cerimônia no Palácio do Planalto, serão suficientes nesta etapa inicial, mas é preciso ajustar os limites de crédito de custeio e, principalmente, de investimento, aos sistemas de produção, além de facilitar o acesso ao crédito, prejudicado pela demora na liberação do licenciamento ambiental. Para ela, são questões fundamentais para um país, como o Brasil, com potencial para ser um dos maiores produtores de peixe do mundo.

Para solucionar a questão da demora na liberação da licença ambiental para os produtores de peixe, a senadora sugeriu a Crivella a elaboração de uma normativa nacional, que estendesse aos Estados a possibilidade de isentar de licença ambiental a atividade dos piscicultores, especialmente os pequenos produtores. O ministro concordou com a presidente da CNA e antecipou que falaria no assunto durante o lançamento do Plano de Safra com o setor, quando indagaria se os Estados, que há anos não liberam licenças para a atividade, teriam feito "um pacto com a fome". A senadora também tratou do assunto, em audiência hoje, com a ministra Izabella Teixeira, do Meio Ambiente.

O ministro Crivella convocou o SENAR (Serviço Nacional de Aprendizagem Rural) a participar das ações de assistência técnica para os produtores de peixe, que serão desenvolvidas pelo Ministério da Pesca. Anunciou que possui R\$ 100 milhões para investir na atividade, que serão aplicados por meio de convênios e por edital. A senadora informou que o SENAR já possui um curso de 120 horas, dividido em três módulos, para capacitar os piscicultores. Garantiu, no entanto, que o SENAR se

engajar nas ações de assistência técnica, para garantir os bons resultados alcançados pelas ações de capacitação.

A presidente da CNA também cobrou do ministro da Pesca a demora nos estudos e licenciamento para as atividades de piscicultura nos parques aquícolas. O parque de Lajeado, no Tocantins, por exemplo, aguarda há quatro anos esse licenciamento, que envolve a realização do estudo sobre a localização dos pontos de produção e o pedido de licenciamento, a ser encaminhado posteriormente pelo Ministério da Pesca ao Estado. A senadora pediu ao ministério uma lista com todos os estágios que envolvem os procedimentos para a obtenção da licença para que, finalmente, o parque estadual de Lajeado possa ser utilizado pelos produtores de peixe do Tocantins.

Jovens beneficiários do PNCF realizam feira de agricultura familiar no Piauí – Site do MDA. 25/10/2012

Ampliar a capacidade de comercialização e promover ações de cidadania, lazer e formação de jovens agricultores. Esses foram os objetivos que levaram jovens rurais piauienses, beneficiários do Programa de Crédito Fundiário (PNCF) do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), a reunir agricultores familiares de 17 municípios do Território de Cocais (PI), para participarem da I Feira Agropecuária da Agricultura Familiar de Piracuruca. O evento ocorrerá neste sábado (27) e domingo (28), na Associação de Jovens Produtores Rurais de Bela Vista.

Na opinião de um dos organizadores da Feira e presidente da associação, Lucas Rodrigues, o evento é, antes de tudo, um espaço de interação e aprendizado. “Acredito que só com qualificação, educação e lazer, o jovem rural conseguirá promover, de fato, o desenvolvimento sustentável na agricultura familiar”, defende.

A Feira é resultado de um sonho do grupo de jovens produtores rurais, que participam do Consórcio Social da Juventude Rural – Aliança com o Campo e de estudantes da Escola Agrotécnica de Piracuruca, que querem promover o intercâmbio de experiências e alavancar as atividades produtivas, culturais dos agricultores e agricultoras familiares das unidades produtivas do Crédito Fundiário.

Participam da solenidade de abertura o secretário de Reordenamento Agrário (SRA/MDA), Adhemar Almeida; o delegado do MDA no Piauí, Pedro Calisto; a chefe de gabinete da SRA, Raquel Santori; e o coordenador do Departamento de Crédito Fundiário, Francisco das Chagas Filho (Chicão), além de autoridades federais, estaduais e municipais.

Programação

Durante dois dias, jovens agricultores poderão expor e comercializar animais e produtos da agricultura familiar, emitir documentos, além de participar de oficinas e atividades culturais.

Nas oficinas, marcadas para os dois dias, das 14h às 17h, os agricultores irão debater temas como Saúde e Beneficiamento de Caprinos; Desenvolvimento Rural e as Relações de Gênero; e Educação Ambiental, entre outros.

Programas de documentação como o Projeto Cidadania Ativa (serviços e expedição de documentos pessoais) e o Programa de Documentação da Trabalhadora Rural (PNDTR) do MDA, estarão disponíveis aos participantes, que ainda poderão desfrutar de atrações culturais e de uma praça de alimentação diversificada.

Sobre o Programa de Crédito Fundiário

O Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) é uma política pública do governo federal criada para que os agricultores familiares sem terra ou com pouca terra possam adquirir imóveis rurais. O Programa funciona como uma política complementar à reforma agrária, uma vez que permite a aquisição de áreas que não são passíveis de desapropriação.

Além da terra, o financiamento permite ao agricultor construir sua casa, preparar o solo, comprar implementos, ter acompanhamento técnico e o que mais for necessário para se desenvolver de forma independente e autônoma.

Para a juventude rural o PNCF possui um selo específico, o Nossa Primeira Terra (NPT), destinado a filhos e filhas de agricultores, estudantes de escolas agrotécnicas e centro familiares de formação por alternância, com idade entre 18 e 28 anos, que queiram viabilizar o próprio projeto de vida no meio rural.

Plano Safra da Pesca e da aquicultura terá inclusão da agricultura familiar. Iris Pacheco. – Site do MST. 26/10/2012

Nesta quinta-feira (25), o governo federal fez o lançamento do plano safra da pesca e da aquicultura 2012/2013/2014. De acordo a presidenta Dilma o plano tem como objetivo transformar o imenso potencial pesqueiro do Brasil em atividade lucrativa. “O plano safra é mais um passo para conquistarmos nossa ambição, e nossa ambição é transformar o Brasil em potência pesqueira”, afirmou a presidenta ao lançar o Plano Safra da Pesca e Aquicultura no Palácio do Planalto.

O pacote do plano safra prevê o investimento de R\$ 4,1 bilhões de reais até 2014. O objetivo é expandir a aquicultura, modernizar a pesca, fortalecer a indústria e o comércio pesqueiro. A meta é produzir dois milhões de toneladas anuais de pescado até 2014.

O plano pretende criar financiamentos com benefícios exclusivos para cada produtor. Os agricultores familiares estão inclusos nesta linha diversificada de crédito. As ações previstas no plano permitirão que os pequenos e médios produtores, além de terem uma alternativa de renda, qualifiquem o alimento de suas famílias.

Segundo Alexandre Conceição, da Via Campesina, não só a inclusão dos agricultores familiares nas linhas de créditos especiais do plano é algo inovador, mas a própria criação de um plano safra para o setor é um passo fundamental para o desenvolvimento econômico e cultural do país. “O plano foi lançado com intuito de fortalecer o setor pesqueiro no Brasil, potencializando a capacidade produtora do país. E como o plano agrega incentivos também para a cultura interna do consumo de peixe, esse potencial não será explorado apenas no âmbito econômico”, diz Conceição.

Pescadores e aquicultores também terão acesso ao Pronaf (Programa de Financiamento da Agricultura Familiar), pagando 4% de juros ao ano, tendo dois anos de carência para pagar o crédito usado no custeio da produção. "As linhas de crédito do Pronaf agora também irão contemplar os pescadores", disse a presidenta Dilma Rousseff.

Jovens e Mulheres - A política de financiamento do plano se estende à família como um todo. A juventude que trabalha na área de piscicultura terá R\$ 15 mil para poder investir em empreendimentos no setor. E aqueles cuja família é inserida no Pronaf poderão obter créditos de apoio à atividade pesqueira.

Para Alexandre, a disponibilidade de créditos para a juventude vem a ser um incentivo para a permanência desta nas áreas de assentamentos. "Com o incentivo específico para a juventude, a possibilidade deles se manterem no campo é maior, pois terão como trabalhar para estabelecer sua independência e garantirão a continuidade da atividade da pesca artesanal em nosso país", comenta.

As mulheres também estão inseridas na política de financiamento específico. São 46 mil marisqueiras que terão financiamento para o desenvolvimento qualificado de suas atividades.

Assistência técnica - Entre as demais ações previstas no plano, haverá o investimento de R\$ 135 milhões para assistência técnica e extensão rural a 120 mil famílias de pescadores e aquicultores. O intuito é que a formação técnica venha fazer com que os pescadores saibam como obter o crédito e que adote melhores práticas de produção, condições de armazenagem e comercialização do pescado.

De acordo com Alexandre, o investimento em assistência técnica será crucial para o desenvolvimento adequado dos pequenos pescadores. "Garantir que os pequenos pescadores tenham assistência técnica de qualidade faz com que a atividade pesqueira artesanal agregue qualidade a esta cadeia produtiva", salienta.

O plano vai estimular o crescimento das cooperativas de pescadores e a transformação em pequenas indústrias de produção de peixe. Segundo a presidenta Dilma, é necessário haver um "casamento entre assistência técnica e crédito, tornando a pesca uma atividade produtiva neste país". Portanto, o que o governo pretende não é apenas a liberação de créditos para potencializar o financiamento do setor, mas também a formação técnica daqueles que são responsáveis por grande parte da produção.

A presidenta enfatizou que, durante o processo de elaboração do plano da pesca, o mais importante foi ganhar a consciência do valor desse setor. Segundo ela, tomar consciência dessa importância é fundamental para que "mudemos a realidade". "Nós ganhamos a consciência da importância dele. Nós quem? Nós, governo, e nós, cada vez mais, sociedade", relata.

Agricultores das regiões Norte e Nordeste poderão renegociar dívidas – Site do MDA. 26/10/2012

Para trazer de volta à adimplência e ao crédito agricultores prejudicados com as intempéries climáticas, o Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou, nesta quinta-

feira (25), a criação de uma linha de crédito especial para renegociação de dívidas dos produtores das regiões Norte e Nordeste com dificuldade para pagar seus financiamentos de investimento e de custeio.

A Resolução nº 4.147 institui a nova linha de crédito rural. Com a medida, serão beneficiados agricultores que não haviam participado de renegociações e, principalmente, os que sofreram com a forte estiagem no início do ano, no Nordeste, e com as enchentes no Norte.

"Uma medida como esta, que permite aos agricultores familiares afetados pela seca repactuarem suas dívidas, dá a eles maior tranquilidade para que estejam adimplentes e continuem utilizando o crédito para sua inclusão socioproductiva e consequente geração de renda", afirma o secretário da Agricultura Familiar, Valter Bianchini. "O acesso ao crédito é um elemento dentro do conjunto de medidas dotadas pelo governo federal para a região", completa.

Podem acessar a linha produtores rurais com operação contratadas até 30 de dezembro de 2006, no valor original de até R\$ 100 mil, inadimplentes em 30 de junho de 2012.

As taxas de juros para os agricultores familiares enquadrados no Pronaf serão de 2% ao ano para quem contratar operações com valor acima de R\$ 10 mil e de 1% ao ano para aqueles que contratarem até R\$ 10 mil. O prazo de pagamento das operações será até dez anos, com o vencimento da primeira parcela para até um ano após a data da contratação da operação.

"Essa ação vem viabilizar a negociação de outros agricultores que não foram contemplados com outras medidas que já existem para renegociação. Temos hoje no estado da Bahia cerca de 220 mil operações inadimplentes. Estimamos que a medida beneficie 90 mil agricultores que voltarão a estar habilitados a tomar o crédito e recuperar sua produção, principalmente o rebanho – que teve um quadro de perda perto dos 50% em decorrência da seca", diz o superintendente da Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária do estado da Bahia (Seagri), Wilson Dias.

Para aderir a essa linha o agricultor tem que fazer um pagamento mínimo obrigatório na data da formalização da operação, que será de 2% quando o valor contratado for até R\$ 35 mil e de 5% se for acima de R\$ 35 mil.

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores

Ademir A. Cazella, Andrey Cordeiro Ferreira,
Catia Grisa, Claudia Job Schmitt, Fábio Luiz Búrigo,
Georges Flexor, Jorge Romano, Lauro Mattei,
Leonilde Medeiros, Nelson Delgado, Philippe Bonnal,
Renato S. Maluf, Silvia Zimmermann

Assistentes de Pesquisa

José Renato S. Porto, Karina Kato,
Valdemar João Wesz Junior

Secretária
Diva de Faria

op
pa **Observatório de Políticas**
Públicas para a Agricultura

cpda **Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais**
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214
Fax: 21 2224 8577 – r. 217
Correio eletrônico: oppa@ufrj.br
Site eletrônico: www.ufrj.br/cpda/oppa

